A INFÂNCIA, SEU PROCESSO HISTÓRICO E O INGRESSO DA CRIANÇA NO ENSINO FUNDAMENTAL I

ANGELA DE CARVALHO MARTINS MALDONADO

RESUMO

A infância é um período da vida humana que sofreu diversas transformações ao longo da história. Atualmente, é vista como um período de desenvolvimento e aprendizagem, e o ingresso da criança no ensino fundamental I representa uma importante etapa nesse processo. É fundamental que a criança receba uma educação de qualidade, que leve em conta suas necessidades e características, e que a família esteja envolvida no processo educativo para garantir seu sucesso. Ao longo da história, a concepção de infância e o tratamento dado às crianças variaram bastante de acordo com as diferentes culturas e períodos históricos. Além disso, é fundamental que a família esteja envolvida no processo educativo, apoiando e acompanhando o progresso da criança. A construção de uma parceria entre escola e família é crucial para garantir o sucesso da criança no ensino fundamental I e em todas as etapas da sua educação.

Palavras-chave: Aprendizagem; Necessidades; Sucesso.

INTRODUÇÃO

Na Antiguidade, as crianças eram vistas como seres frágeis e dependentes, mas também como pequenos adultos em potencial. Na Grécia Antiga, por exemplo, as crianças eram educadas pelos pais ou por tutores, recebendo uma formação que visava prepará-las para a vida adulta.

Já na Idade Média, a concepção de infância se transformou, passando a ser vista como um período de inocência e pureza. As crianças eram consideradas como seres frágeis e indefesos, que precisavam ser protegidos e cuidados. A religião cristã exerceu grande influência nessa época, e as crianças eram frequentemente vistas como pequenos anjos que precisavam ser educados na fé.

Durante a Revolução Industrial, no século XIX, a infância sofreu mais uma transformação. Com a expansão da indústria e o aumento da urbanização, muitas famílias deixaram o campo e foram morar nas cidades. Nesse contexto, as crianças passaram a ser vistas como mão-de-obra barata e muitas delas começaram a trabalhar desde cedo nas fábricas, em condições precárias e sem acesso à educação.

No final do século XIX e início do século XX, surgiu um movimento em defesa dos direitos das crianças, que buscava garantir uma infância saudável e feliz para todos. Esse movimento levou à criação de leis trabalhistas que proibiam o trabalho infantil e ao surgimento de instituições de ensino voltadas para as crianças.

O INGRESSO DA CRIANÇA NO ENSINO FUNDAMENTAL

O estabelecimento de períodos no crescimento e desenvolvimento da criança na infância e juventude é um tema de maior relevância para a tomada de decisões sociais sobre o seu bem-estar no presente, e muito especial sobre o futuro dos indivíduos e da comunidade. O ambiente, as condições e os estilos de vida da família e da comunidade imediata em que o bebê e a criança se desenvolvem são os principais determinantes do seu bem-estar e do desempenho e das futuras trajetórias escolares da criança e do jovem.

O processo de desenvolvimento humano, desde os estágios anteriores ao nascimento e desde o nascimento até a obtenção da plena maturidade, compreende extensos períodos que são guiados pela hereditariedade e pela interação de padrões e padrões de crescimento físico, processos de maturação biológica e experiências de interação em a família, com outras crianças e adultos fora de casa, no seu entorno e em organizações comunitárias como escolas, igrejas, associações e centros de bairro, clubes, etc.

Com o passar do tempo e até chegar ao complexo mundo dos nossos dias, a ideia e as concepções de infância e juventude foram-se alastrando nos ciclos de vida das pessoas, concentrando maior interesse, compreensão e cuidado na importância da educação informal, não formal e formal no desenvolvimento e na qualidade de vida das pessoas. As crianças e jovens ingressam mais cedo nas organizações escolares e nelas permanecem por mais tempo, na percepção de que o futuro da sociedade depende do capital social, cultural e humano que é investido. O futuro, diz com razão um conhecido pedagogo, é uma realidade que se forja, não uma realidade que se espera.

A "infância" é denominada o período do desenvolvimento em que a dependência dos adultos para satisfazer as necessidades físicas e psicológicas é quase total, e no qual eles são confrontados com uma variedade de eventos e experiências que moldam suas percepções do ambiente, suas reações em relação a ele, de o seu apego aos seres hu-

manos a quem recorrem em busca de ajuda, e no qual começa a enraizar-se a aprendizagem de motivos, valores e comportamentos complexos. Estende-se desde o nascimento até os dois anos de idade e termina quando a criança começa a andar de forma relativamente independente e pode se comunicar falando em frases curtas. O próximo período de seu desenvolvimento é o da primeira infância, que vai dos três aos cinco anos.

Eles também começam a aprender a viver socialmente, que lhes permitirá uma relativa independência e o desenvolvimento de habilidades associadas à sua frequência regular à escola.

No período seguinte, dos seis aos doze anos, espera-se que ele frequente a escola, que auxilie a família no desenvolvimento dos objetivos cognitivos, afetivos e psicomotores, e na qual aprenda as habilidades de leitura, escrita, aritmética e, em geral, os elementos de enculturação e socialização associados aos conhecimentos e valores que se procuram promover sobre a sua comunidade, a nação, o mundo e a sua cultura, através do estudo da história, das ciências sociais, da arte e da música, meio ambiente e ciências naturais.

A adolescência, que se inicia com o aparecimento de fortes mudanças físicas e o desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários, compreende as idades que geralmente coincidem com o ensino médio. Após o ensino básico, nos níveis secundário, superior e pós-graduado, o sistema escolar procurará cobrir as necessidades de capital humano qualificado para o desempenho de funções na economia.

As sequências nas mudanças biológicas e psicológicas ocorrem em condições ambientais normais, com diferenças individuais no desenvolvimento fisiológico e psicológico, portanto as idades indicadas acima são aproximações gerais.

As condições domésticas e comunitárias que afetam o desenvolvimento de habilidades cognitivas e normativas, o isolamento e a falta de estimulação podem produzir atrasos no desenvolvimento de estruturas mentais, independentemente da diferenciação, variedade e distinção dos estímulos. A aquisição da linguagem, com sua diversidade e complexidade, é uma das conquistas mais impressionantes do ser humano. Isso permitirá que você conheça informações, significados, elabore pensamentos, expresse emoções, organize ideias. Através da linguagem, os processos cognitivos de pensamentos, memória, raciocínio, resolução de problemas, planejamento imaginário estão envolvidos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado, e que o ensino fundamental é obrigatório e gratuito na rede pública. A partir dos seis anos de idade, as crianças devem ser matriculadas no ensino fundamental I, que compreende do 1º ao 5º ano.

O ingresso da criança no ensino fundamental I representa uma importante etapa na sua vida, pois é nessa fase que ela começa a aprender a ler, escrever e fazer cálculos matemáticos básicos. Além disso, é nesse período que a criança começa a desenvolver habilidades sociais, como a capacidade de se relacionar com seus colegas e professores, e a adquirir conhecimentos sobre o mundo ao seu redor.

Para que a criança tenha sucesso nessa fase, é importante que ela receba uma educação de qualidade, que leve em conta suas características e necessidades específicas. A escola deve oferecer um ambiente acolhedor e estimulante, que favoreça o desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança.

A infância é considerada a fase das descobertas, onde tudo se aprende com facilidade. Uma fase rica que se bem trabalhada possibilitará uma infinidade de aprendizados significativos para a construção de um sujeito íntegro e preparado para agir em sociedade.

A imagem de infância é reconstituída pelo adulto, por meio de um duplo processo: de um lado, ela está associada a todo um contexto de valores e aspirações da sociedade, e, de outro, depende de percepções próprias do adulto, que incorporam memorias de seu tempo de criança. Assim, se a imagem de infância reflete o contexto atual, ela é carregada, também, de uma visão idealizada do passado do adulto, que contempla sua própria infância. A infância expressa no brinquedo contém o mundo real, com seus valores, modo de pensar e agir e o imaginário do criador do objeto. (KISHIMOTO, 1995, p.50).

Tendo em mente que cada ser humano tem ritmos e maneiras diferentes de desenvolvimento para andar, falar, brincar, comer, ler e escrever. Pode-se concluir que a educação deve ser voltada para tais perspectivas, considerando as múltiplas dimensões e entendendo o desenvolvimento como um processo contínuo.

CONCEPÇÃO DE CRIANÇA

A concepção de criança que temos hoje, como um ser humano, sujeito social e histórico que faz parte de uma organização familiar, dentro de uma determinada cultura, com direitos e deveres; é muito recente e veio sendo construída ao longo da história de forma heterogênea. Para Rousseau (1712-

1778), apud Elias (2000, p. 30): “A criança não é um adulto em miniatura, tem sua própria história, é um ser concreto e real, que desde cedo já constrói suas experiências próprias”.

Dessa forma, a criança foi desempenhando diferentes papéis nas sociedades e seu desenvolvimento tornou-se foco de pesquisas.

A palavra criança era entendida como falta de idade, maturidade ou de adequada integração social. Portanto essa definição está longe de ser apenas o fator da idade, pois está associada a determinados papéis e desempenhos específicos e esses papéis dependem estreitamente da classe social que a criança pertence.

Sua participação no processo produtivo, o tempo de escolarização, o processo de socialização no interior da família e da comunidade, as atividades cotidianas se diferenciam dependendo da posição da criança e de sua família na estrutura socioeconômica. Se essa inserção social é diferente, fica impróprio ou inadequado supor a existência de uma população infantil homogênea, ao invés de se perceber diferentes populações infantis com processos desiguais de socialização.

No Brasil, “é considerado criança, todo e qualquer indivíduo que tenha entre zero e doze anos” (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, 1990).

A ideia de infância não existiu sempre e da mesma forma. Ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que muda a inserção e o papel social desempenhado pela criança na comunidade. Este conceito de infância é determinado pela modificação das formas de organização da sociedade.

Esta forma de organização instituiu diferentes classes sociais no interior das quais o papel da criança é diferente. A ideia de uma infância universal foi se desenvolvendo a partir das classes dominantes baseada no seu modelo padrão de criança, a partir dos critérios de idade e de dependência do adulto, característicos de um tipo específico de papel social por ela assumido.

Atualmente, no Brasil, “é considerado criança, todo e qualquer indivíduo que tenha entre zero e doze anos” (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, 1990).

Em síntese, podemos dizer que o professor é um profissional do humano que: ajuda o desenvolvimento pessoal / intersubjetivo do aluno; um facilitador do acesso do aluno ao conhecimento (informador informado); um ser de cultura que domina de forma profunda sua área de especialidade (científica e pedagógico / educacional) e seus aportes para compreender o mundo; um analista crítico da sociedade, portanto, que nela intervém com sua atividade profissional; um membro de uma comunidade de profissionais, portanto científca (que produz conhecimento sobre sua área) e social. (LIBÂNEO, PIMENTA, 2002, p.44)

A preocupação com a transição entre a educação infantil para o ensino fundamental torna-se mais latente tendo em vista a entrada das crianças de seis anos, possibilitada pela lei nº. 11.274 de 06 de fevereiro de 2006.

O ENSINO FUNDAMENTAL E SUAS ALTERAÇÕES

O Ensino Fundamental sofreu diversas alterações no seu percurso histórico e foi configurado/reforçado a partir da Constituição Federal de 1988 em oito anos obrigatórios e gratuitos de estudos em instituições públicas. Como ressaltamos anteriormente, em virtude de intensos debates baseados no princípio do direito universal à educação para a todos, é aprovada em 20 de dezembro de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso seguindo as determinações da Constituição Cidadã.

De acordo com Saviani (2008), a lei mencionada teve como princípio regulamentar os direitos e conquistas já assegurados na Carta de 1988. Tal legislação, dentro do contexto neoliberal de reformas dos anos de 1990, amparada pela Constituição Federal Brasileira de 1988, ofereceu suporte para a efetivação da Lei do Plano Nacional de Educação como política de Estado em 2001, embasando demais planos do Governo específicos para a área educativa, tanto em âmbito Nacional, como do Distrito Federal, Estadual e Municipal, como por exemplo: as Diretrizes Curriculares Nacionais de Ensino (DCNE); os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Assim como aconteceu com a primeira LDB nº 4.024/61, um longo período se passou entre a nova constituição e promulgação da Lei nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996, visto que tal legislação é resultado de um longo embate, que durou cerca de oito anos, em meio a propostas e discussões de forças contraditórias e distintas.

Em relação a essas mudanças, Pereira & Teixeira (2003) afirmam que:

Nas leis de educação anteriores, a prevalência da prática habitual de limitá-la ao domínio da habilidade de ler, escrever e contar tornou restritiva a sua oferta, cingindo-a, na primeira LDB, ao antigo ensino primário, e, posteriormente, na lei nº 5.692/71, esten-

dendo aos oito anos de escolarização do primeiro grau. A atual lei, entretanto, com base em outros parâmetros, defne uma concepção unifcada de educação básica que abrange a formação do indivíduo desde zero ano de idade até o fnal do ensino médio, em três etapas consecutivas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. (PEREIRA & TEIXEIRA 2003, p. 90)

Dentre os vários avanços expressos na lei, é importante destacar o reforço do tempo de permanência mínima na educação obrigatória e a questão da ampliação consecutivamente da gratuidade da escola pública para o Ensino Fundamental (art. 32).

Diante desse cenário e de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografa e estatística (IBGE) no ano 2000 indicavam que a entrada de crianças com 6 anos de idade na 1ª série do Ensino Fundamental nas escolas da rede pública de ensino já era uma realidade e; pela abertura do art. 87, § 3º inciso I, das Disposições Transitórias que afrmava: "Cada município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá: I – matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no Ensino Fundamental", iniciou-se as discussões em torno da efetivação dessa ampliação no plano legislativo.

Por força das exigências legais e sociais, o parágrafo 1º do artigo 87 das

"disposições Transitórias" (Título IX), determinou à União que encaminhasse no prazo de um ano a partir da publicação da LDBEN, o Plano Nacional de Educação ao Congresso Nacional.

De acordo com Saviani, o presente artigo atribuía à União em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o referido plano contemplando.

> [...] todos aqueles aspectos relativos à organização da educação nacional de modo a articular, nos termos do artigo 214 da Constituição Federal, o ensino em seus diversos níveis e integrar ações do Poder Público visando conduzir à: "Erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científca e tecnológica no país". (BRASIL, 1998, apud, SAVIANI, 2008, p. 17)

Assim, como resultado de uma trajetória histórica, iniciada em 1932, pela manifestação explícita redigida pelo "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", a ideia de plano no âmbito educacional foi efetivada através da aprovação pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Tal plano teve a duração de dez anos e deveria ser avaliado periodicamente pelo Poder Legislativo e acompanhado pela sociedade civil organizada (Líbano, 2008).

Saviani (2008) aponta que esta foi a principal medida de política educacional decorrente da LDB. Para o autor,

> Sua importância deriva de seu caráter global, abrangente de todos os aspectos concernentes à organização nacional, e de seu caráter operacional, já que implica a defnição de ações, traduzidas em metas a serem atingidas em prazos determinados dentro do limite global de tempo abrangido pelo Plano que a própria LDB defniu para um período de dez anos. (SAVIANI, 2008, p. 04).

A partir das análises desse documento podemos destacar alguns pontos relevantes, dentre eles a ampliação do tempo de escolaridade obrigatória como movimento mundial, inclusive em países da América Latina que coloca "os jovens brasileiros em situação delicada, uma vez que, para continuar seus estudos nesses países, é colocada a ele a contingência de compensar a defasagem constatada" (BRASIL, 2004, p. 14).

Para Cruvinel (2009) "esta cobrança em mais um ano de escolaridade obrigatória nesse momento não implica em defasagem e sim numa antecipação da idade para o ingresso no Ensino Fundamental".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor deve cultivar a prática do respeito e valorização das diferenças individuais, incentivando cada um a desenvolver o seu próprio estilo de ser, respeitando o tempo de cada um e partindo de seus interesses.

A criança só pode viver sua infância; compreender a infância é competência do adulto. Mas de quem é a vantagem de prevalecer, a do adulto ou da criança? O adulto reconhece as diferenças entre ele e a criança. Mas essas diferenças são geralmente reduzidas ao quantitativo, a uma questão de mero grau. Quando ele se compara a uma criança, um adulto vê a criança como relativamente ou totalmente incapaz de ações ou tarefas que ele mesmo pode realizar. Essas incapacidades podem lançar luz sobre as diferenças na organização mental entre a criança e o adulto.

O que acontece em um domínio influencia o que acontece em outros. Por exemplo, as emoções podem desencadear ou bloquear o aprendizado. As emoções e os contextos sociais moldam as conexões neurais que contribuem para a atenção, concentração e memória, para a transferência e aplicação do conhecimento. Compreender

como os processos de desenvolvimento se desdobram ao longo do tempo e interagem em diferentes contextos pode contribuir para designs mais favoráveis aos ambientes de aprendizagem.

Além disso, as tendências gerais de desenvolvimento são modifcadas pelas interações entre aspectos únicos da criança e seus contextos de família, comunidade e sala de aula. Como resultado, as crianças têm necessidades e trajetórias individuais que requerem instrução e apoios diferenciados para permitir um crescimento ideal em competência, confança e motivação.

A escola tem um modo específco e especial de organizar e propor situações para que ocorra a aprendizagem de determinados conteúdos culturais. A questão central da escola é o ensinar. Para que uma aprendizagem ocorra é necessário um bom planejamento, sustentado no trabalho coletivo dos educadores. De cada professor é exigido preparo profssional que garanta o saber e o saber-fazer, ou seja, domínio do conteúdo e da metodologia de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Portal Ministério da Educação e Cultura. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em 16 mai.2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil. Brasília, 1998.

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007. F

KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil – a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Editora Dois Pontos, 1987.

LIBÂNEO, Carlos José; PIMENTA, Selma Garrido. Formação dos profssionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança, In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 11- 98;

PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Orgs.) Sociedade e Estado em transformação. São Paulo: Unesp, 1999.

PIAGET, Jean. A epistemologia genética, São Paulo: editora Abril Cultural, 1978. PIAGET, Jean. Para onde vai a educação? 11. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1991.

PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança, Rio de Janeiro: editora Zahar, 1982.

SAVELI, E. L. Ensino fundamental de nove anos: bases legais para sua implantação. In: Práxis Educativa, Ponta Grossa, n. 1, p. 67-72, 2008.

ZAGURY, Tania. Limites sem trauma construindo cidadãos. Rio de Janeiro:

Editora Record, 2003.